

RESOLUÇÃO N. TC-0086/2013

Aprova o encaminhamento de anteprojeto de lei que altera a Lei Complementar n. 255, de 12 de janeiro de 2004, e a Lei Complementar n. 297, de 26 de agosto de 2005, e dá outras providências.

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições conferidas pelo art. 61 c/c o art. 83, IV, d, da Constituição do Estado,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o anteprojeto de lei complementar que altera a Lei Complementar n. 255, de 12 de janeiro de 2004, e a Lei Complementar n. 297, de 26 de agosto de 2005, e dá outras providências.

ANTEPROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.

Altera dispositivos da Lei Complementar n. 255, de 12 de janeiro de 2004, e da Lei Complementar n. 297, de 26 de agosto de 2005, e dá outras providências.

Art. 1º Os arts. 2º, 6°, 25, 26, 27, 29 e 31-A da Lei Complementar n. 255, de 12 de janeiro de 2004, passam a vigorar com as seguintes alterações:

"Art	2°				
III –	Cargo de Provime	ento em Comis	ssão – cargo a	a ser ocupa	ıdo
pelo servidor n	o Quadro de Pes	soal do Tribun	al de Contas,	criado por	lei
e por ela dec	clarado de livre	nomeação e	exoneração,	destinado	às
atividades de d	lireção, chefia e a	ssessoramento	o.		

"Art. 6°	
----------	--

Parágrafo único. Os cargos de provimento em comissão de direção e assessoramento superior destinados aos órgãos auxiliares de controle, de consultoria e controle e de apoio técnico e administrativo serão preenchidos exclusivamente por servidor efetivo do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas e os cargos de Assessor Especial de Auditor e Assessor Especial de Conselheiro serão preenchidos preferencialmente por servidor efetivo do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas." (NR)

"Art.	25			
/ \I \.		 	 	

Parágrafo único. Incidirá sobre o valor do vencimento dos cargos de provimento em comissão de Diretor-Geral de Controle, Diretor-Geral de Administração e Planejamento e Chefe de Gabinete da Presidência, codificados como TC/DAS-5, a gratificação de representação correspondente a 20% (vinte por cento) sobre o respectivo vencimento, aplicando-se o inciso II do *caput* do art. 31-A desta Lei Complementar." (NR)

"Art.	26.	 	

§ 3º Incidirão sobre o piso de vencimento os reajustes e as revisões gerais anuais concedidos aos servidores do Tribunal de Contas." (NR)

"Art. 27. Ao servidor do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas que comprovar a conclusão de curso de pós-graduação em área do conhecimento diretamente relacionada com as atividades administrativas ou de controle externo do Tribunal de Contas será



concedido Adicional de Pós-Graduação incidente sobre o vencimento do último nível e referência de seu cargo de provimento efetivo, nos seguintes percentuais não-cumulativos:

- I 15% (quinze por cento) para os servidores com pósgraduação ao nível de especialização;
- II 20% (vinte por cento) para os servidores com pósgraduação ao nível de mestrado;
- III 25% (vinte e cinco por cento) para os servidores com pósgraduação ao nível de doutorado.

.....

§ 2º Ao servidor que comprovar ter concluído outro curso de graduação nas habilitações exigidas para ingresso no cargo de Auditor Fiscal de Controle Externo será concedido adicional de curso superior complementar, correspondente a 10% (dez por cento) sobre o valor do vencimento do último nível e referência de seu cargo efetivo, não-cumulativo com a gratificação prevista no *caput* deste artigo, aplicando-se o disposto no § 1º deste artigo."

.....

.....

§ 4º O percentual previsto no § 2º deste artigo será de 5% (cinco por cento) caso o servidor opte pela sua acumulação com o adicional previsto no *caput* deste artigo." (NR)

"Art. 29. Aos servidores em efetivo exercício no Tribunal de Contas é assegurada a percepção de Gratificação de Desempenho e Produtividade calculada sobre o piso de vencimento até o valor máximo estabelecido no Anexo X desta Lei Complementar, condicionada à avaliação funcional individual do servidor conforme critérios e periodicidade disciplinados em ato normativo do Tribunal de Contas, que levará em conta a ponderação, entre outros, dos seguintes indicadores de competência:

- I comprometimento, qualidade e produtividade no trabalho;
- II trabalho em equipe e relacionamento interpessoal;



1985.

III – disciplina
§ 2º A gratificação prevista neste artigo integrará os proventos
de aposentadoria dos servidores do Quadro de Pessoal do Tribunal de
Contas como vantagem pessoal nominalmente identificável, calculada
com base na média dos percentuais percebidos pelo servidor nos últimos
vinte e quatro meses de efetivo exercício, incidindo sobre a vantagem
pessoal o percentual de reajuste e revisão geral concedido a qualquer
título aos servidores do Tribunal de Contas.
§ 4º Ao servidor titular de cargo efetivo do Tribunal de Contas,
que estiver exercendo cargo em comissão no Tribunal, será dado o direito
de optar pela percepção do valor da Gratificação de Desempenho e
Produtividade do cargo em comissão ou de seu cargo efetivo.
§ 7º O valor da Gratificação de Desempenho e Produtividade
será acrescido em até 20% (vinte por cento) a título de atingimento de
metas institucionais, quando oficialmente estabelecidas em ato normativo
pelo Tribunal." (NR)
"Art. 31-A
§ 5°
III – pelo vencimento do cargo efetivo, acrescido da vantagem
nominal conquistada e do valor correspondente a 20% (vinte por cento)
do vencimento do cargo comissionado ou do valor da função, aplicando-
3, 7-1,

IV – pelo vencimento do cargo efetivo, acrescido da vantagem
 pessoal nominal conquistada e do valor correspondente à nova

se aos beneficiários das vantagens dos arts. 90 e 91 da Lei n. 6.745, de



gratificação de atividade especial concedida, aplicando-se aos beneficiários das vantagens dos arts. 90 e 91 da Lei n. 6.745, de 1985.

"	1	N	11	_)	١
	(ı١	11	┌	ί.)
	١.				Ξ.	,

Art. 2º Fica acrescido à Lei Complementar n. 255, de 2004, o art. 35-A, com a seguinte redação:

- "Art. 35-A. A promoção por merecimento implica a movimentação do servidor da referência em que se encontra para até duas referências imediatamente superiores, independentemente da promoção por antiguidade.
- § 1º A promoção por merecimento dar-se-á a cada dois anos, mediante a observância dos critérios e respectiva pontuação fixados em ato normativo do Tribunal de Contas.
- § 2º Não fará jus à progressão o servidor que, durante o período avaliado:
- I estiver cedido ou à disposição, salvo em razão de convocação ou requisição legal;
- II estiver em licença para tratamento de assuntos particulares
 ou para acompanhar cônjuge ou companheiro(a);
 - III estiver em licença para concorrer a cargo eletivo;
 - IV estiver em licença para exercer mandato eletivo;
 - V contar com falta injustificada;
- VI não tiver atingido a pontuação mínima para a gratificação de desempenho produtividade no interstício de dois anos;
 - VII tiver sofrido penalidade disciplinar.
- § 3º A ocorrência da promoção ficará condicionada ao atendimento do limite de despesa com pessoal previsto na Lei Complementar Federal n. 101, de 04 de maio de 2000, sendo que a verificação posterior de conformação ao disposto na lei autorizará a efetivação das promoções não realizadas.



§ 4º A pontuação remanescente ou não utilizada em uma promoção não poderá ser aproveitada para as promoções subsequentes, salvo na hipótese prevista no § 3º deste artigo.

§ 5° O sistema de avaliação para promoção por merecimento será regulamentado em até 150 (cento e cinquenta) dias, contados a partir da publicação desta Lei Complementar."

Art. 3º A promoção por antiguidade será aplicada, no mês de ingresso do servidor no cargo efetivo, aos servidores ativos e inativos, cujos atos de inativação se deram a partir da publicação da Lei Complementar n. 496, de 26 de janeiro de 2010, vedados efeitos financeiros retroativos, aplicando-se nos anos subsequentes o disposto nos arts. 33, 34, 35 e 37 da Lei Complementar n. 255, de 2004.

Parágrafo único. Será considerado para fins de promoção o período que o servidor permaneceu no último nível e referência do cargo efetivo, aplicando-se para cada ano a elevação de uma referência, até o limite regrado em lei.

Art. 4º A requerimento do servidor ativo do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas de Santa Catarina, 1/3 (um terço) da licença-prêmio de cada quinquênio poderá ser convertido em pecúnia, sendo seu valor correspondente à remuneração devida ao servidor no mês da conversão.

- § 1º É vedada mais de uma conversão por exercício.
- § 2º O disposto neste artigo não se aplica aos servidores em estágio probatório.

Art. 5º As alterações e inovações promovidas através desta Lei Complementar serão aplicadas de acordo com as metas da administração e possibilidades administrativas, orçamentárias e financeiras do Tribunal de Contas.

Art. 6º De forma gradual, em parcelas anuais, na mesma data fixada no *caput* do artigo 1º da Lei Complementar n. 496, de 2010, fica o Tribunal de Contas autorizado a conceder, por ato próprio, aumento do piso de vencimento até o limite de vinte por cento, preservando-se o equilíbrio entre as receitas e as despesas e



observados os limites legais para despesas com pessoal do Órgão, sem prejuízo da revisão de que trata o referido artigo.

- Art. 7° Ficam extintos na data da publicação desta Lei Complementar os cargos vagos indicados no Anexo VIII desta Lei Complementar.
- Art. 8° Os Anexos I, II, III, IV, V, IX e X da Lei Complementar n. 255, de 2004, passam a vigorar com a redação constante dos Anexos I, II, III, IV, V e VI e VII desta Lei Complementar.
- Art. 9° As adequações funcionais decorrentes desta Lei Complementar serão efetuadas por ato do Presidente do Tribunal de Contas.
- Art. 10. O atual sistema de avaliação de desempenho e produtividade dos servidores do Tribunal de Contas será aplicado até que concluídas as modificações nos instrumentos normativos e de avaliação decorrentes da alteração do art. 29 da Lei Complementar n. 255, de 2004, através desta Lei Complementar.
- Art. 11. Aos servidores inativos do Tribunal de Contas, fica acrescido à Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada (VPNI) prevista no art. 29, § 2°, da Lei Complementar n. 255/2004, o percentual de 23,52% (vinte e três vírgula cinquenta e dois por cento).
- Art. 12. As despesas decorrentes desta Lei Complementar correrão por conta das dotações orçamentárias do Tribunal de Contas do Estado.
- Art. 13. Ficam revogados o inciso IV do art. 3º e o inciso III do art. 4º da Lei Complementar n. 255, de 2004.
- Art. 14. Fica concedido, no mês de dezembro de 2013, em parcela única, auxílio adicional ao previsto no art. 1º da Lei n. 10.060, de 29 de dezembro de 1995, no art. 13 da Lei Complementar n. 496, de 26 de janeiro de 2010, e no art. 15 da Lei Complementar n. 367, de 07 de dezembro de 2006, no valor de R\$ 4.000,00 (quatro



mil reais), a todos os integrantes do corpo funcional do Tribunal de Contas de Santa Catarina, ativos e inativos, e aos que se encontram à disposição ou em exercício no Tribunal.

Art. 15. Incidirá sobre o valor do vencimento dos cargos de provimento em comissão de Diretor Geral de Administração e Planejamento e de Diretor Geral de Contas Públicas do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas a vantagem financeira de que trata o art. 25, parágrafo único, da Lei Complementar n. 255/2004, com a nova redação prevista nesta Lei Complementar.

Art. 16. Aplicam-se aos servidores do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas as vantagens financeiras previstas no art. 26, § 3º, ambos da Lei Complementar n. 255/2004, com a nova redação prevista nesta Lei Complementar, e os arts. 4º, 6º, 11 e 14 desta Lei Complementar.

Art. 17. Os Anexos II, III, IV, V e VI da Lei Complementar n. 297/2005, ficam substituídos na forma prevista no Anexo Único do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, desta Lei Complementar.

Art. 18. As despesas decorrentes da aplicação dos arts. 15 a 17 correrão por conta das dotações orçamentárias da Procuradoria Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas."

Art. 19. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO I

(Anexo I da Lei Complementar n. 255, de 12 de janeiro de 2004)

Estrutura dos Cargos Efetivos Permanentes do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas

CARGO	HABILITAÇÃO	NÍVEL	REFE- RÊNCIA	QUANTI- DADE DE CARGOS
-------	-------------	-------	-----------------	------------------------------

TRIBUNAL DE CONTAS DE SANTA

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Auditor Fiscal de Controle Externo	Nível Superior em Administração, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Ciências da Computação, Direito e Engenharia	13 a 16	Aal	450
Técnico de Atividades Administrativas e de Controle Externo	Nível Superior em Arquivologia, Biblioteconomia, Comunicação Social, Letras, Jornalismo, Pedagogia, Sistemas de Informação, Fisioterapia, Enfermagem, Medicina, Nutrição, Odontologia, Psicologia e Serviço Social	13 a 16	ΑaΙ	90
Auxiliar de Atividades Administrativas e de Controle Externo	Certificado de conclusão do ensino médio e habilitação profissional específica (2º Grau)	8 a 11	Aal	100
TOTAL				640

ANEXO II

(Anexo II da Lei Complementar n. 255, de 12 de janeiro de 2004)

Estrutura dos Cargos Efetivos em Extinção do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas

CARGO	CÓDIGO	NÍVEL	REFE- RÊNCIA	QUANTI- DADE DE CARGOS
-------	--------	-------	-----------------	------------------------------



Auxiliar Administrativo Operacional-I	TC-ONB	1 a 4	Aal	16
Auxiliar Administrativo Operacional-II	TC-ONB	4 a 7	Aal	16
Advogado	TC-ONS	13 a 16	Aal	2
Analista de Sistema	TC-ONS	13 a 16	Aal	1
Contador	TC-ONS	13 a 16	Aal	1
Economista	TC-ONS	13 a 16	Aal	1
Analista em Informática	TC-ONS	13 a 16	Aal	1
Analista Técnico Administrativo II	TC-ONS	13 a 16	Aal	2
Técnico de Atividades Administrativas	TC-ONM	8 a 11	Aal	3
Técnico Judiciário Auxiliar	TC-ONM	8 a 11	Aal	1
Investigador Policial	TC-ONM	8 a 11	Aal	1
Motorista Oficial	TC- MOO	4 a 7	Aal	15
TOTAL				44

ANEXO III

(Anexo III da Lei Complementar n. 255, de 12 de janeiro de 2004)

Quantitativos dos Cargos em Comissão do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas

CÓDIGO	DENOMINAÇÃO	QUANTIDADE
DAI-5	Auxiliar de Gabinete	20
	Subtotal	20
DAS-1	Assistente de Gabinete da Presidência	01
	Subtotal	01
DAS-2	Assessor de Gabinete	09
DA3-2	Assessor Técnico da Presidência	02
	Subtotal	11
	Assessor de Auditor	05
DAS-3	Assessor da Presidência	01
	Assessor de Conselheiro	07
	13	
DAS-4	Assessor para Assuntos Institucionais	01



	Assessor Especial de Conselheiro	07
	Assessor Especial do Gabinete da Presidência	01
	Assessor da Corregedoria-Geral	01
	Coordenador de Relações Institucionais e Eventos	01
	Coordenador de Relações Parlamentares e Administrativas	01
	Subtotal	12
	Chefe do Gabinete da Presidência	01
	Chefe de Gabinete de Conselheiro	07
	Chefe de Gabinete de Auditor	05
	Assessor do Gabinete da Vice- Presidência	01
	Diretor do Instituto de Contas	01
	Diretor-Geral de Controle Externo	01
DAS-5	Diretor-Geral de Administração e Planejamento	01
	Diretor de Controle Externo	07
	Diretor de Administração	04
	Consultor-Geral	01
	Secretário-Geral	01
	Chefe da Assessoria de Comunicação Social	01
	Subtotal	31
	TOTAL	88

ANEXO IV

(Anexo IV da Lei Complementar n. 255, de 12 de janeiro de 2004)

Quantitativo das Funções de Confiança do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas

CÓDIGO	DENOMINAÇÃO	QUANTIDADE
TC-FC-02	Secretária de Gabinete	11
10-70-02	Chefe de Divisão	79
	Sub-total	90
TC-FC-03	Assistente Técnico de Diretoria	02
10-70-03	Assistente Técnico de Auditor	04
Sub-total		06
	Coordenador de Controle	21
TC-FC-04	Coordenador de Administração	17
	Coordenador da Ouvidoria	01



	Coordenador da Auditoria Interna	01
	Assistente Técnico de Gabinete	16
	Coordenador de Gabinete de Auditor	04
	Coordenador de Publicações	01
Subtotal		61
TOTAL		157

ANEXO V

(Anexo V da Lei Complementar n. 255, de 12 de janeiro de 2004)

Atribuições específicas dos cargos efetivos do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas

TC-AFC Au	ENOMINAÇÃO uditor Fiscal de	ATRIBUIÇÕES
		Everger etividades relegionedes es controle externe de
	ontrole Externo	
TC-TAC	Técnico de Atividades	Planejar, organizar, executar e controlar atividades específicas de sua área de habilitação, relacionadas à administração do Tribunal

TRIBUNAL DE CONTAS DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA

	Administrativas e	de Contas e ao apoio ao controle externo.
	de Controle	- planejar, organizar, executar e controlar atividades específicas
	Externo	de sua área de habilitação, relacionadas ao atendimento dos
		programas de apoio ao corpo funcional do Tribunal de Contas.
		- prestar assessoria, elaborar estudos, pesquisas, pareceres,
		relatórios e informações no campo de atuação funcional.
		- coordenar, acompanhar e implementar ações e projetos relativos
		ao planejamento estratégico e ao atingimento de metas
		institucionais:
		- planejar, organizar, coordenar, supervisionar, avaliar e executar
		serviços e atividades com vistas à promoção e à preservação da
		saúde física, psíquica e alimentar, individual e coletiva de
		membros e servidores do Tribunal de Contas;
		- prestar assistência médica e odontológica e de serviços de
		enfermagem; solicitação e análise de exames clínicos; avaliação,
		diagnóstico e tratamento, ou encaminhamento a atendimento
		especializado ou remoção para hospital;
		- elaborar laudos periciais e emitir pareceres em processos
		administrativos e, quando solicitado, em processo de controle
		externo;
		- verificar a qualidade e higiene dos gêneros alimentícios
		adquiridos e estocados no Tribunal, propondo métodos e técnicas
		apropriadas para sua guarda e conservação;
		- elaborar e executar planos, programas e atividades na área
		assistencial;
		- desenvolver atividades de aconselhamento e de orientação
		psicológica, acompanhamento e tratamento dessa natureza;
		Executar outras atividades correlatas.
TC-AUC	Auxiliar de	Executar, sob supervisão, atividades auxiliares de apoio ao
	Atividades	controle externo de competência do Tribunal de Contas, relativos
	Administrativas e	a auditorias, inspeções e instrução de processos.
	de Controle	- executar atividades e serviços auxiliares administrativos,
	Externo	logísticos e operacionais que lhes forem atribuídos, relacionados
		aos serviços administrativos do Tribunal de Contas;
		- elaboração de relatórios de apoio aos serviços administrativos
		do Tribunal de Contas;
		- executar trabalhos relativos à tramitação de papéis e processos;
		- executar sob supervisão, atividades de apoio operacional
		relacionadas à administração do Tribunal de Contas;
		- executar serviços de apoio aos profissionais encarregados da
		promoção e preservação da saúde física, psíquica e alimentar,
		individual e coletiva dos membros e servidores do Tribunal de
		Contas;
		- executar atividades auxiliares de enfermagem, tais como o
		encaminhamento dos pacientes para consultas e exames e
		demais procedimentos de rotina ou emergências, próprios da área
		de atuação;
		- executar atividades auxiliares no atendimento odontológico;
<u> </u>	•	

TRIBUNAL DE CONTAS DE SANTA CATARINA

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA

		- organizar a agenda de atendimento, manter prontuários dos
		pacientes, esterilizar e organizar equipamentos e materiais;
		Realizar outras tarefas que lhe sejam atribuídas.
TC-MOO	Motorista	Conduzir veículos do Tribunal de Contas para transporte de
	Oficial	passageiros e/ou cargas, desde que possua Carteira Nacional de
	(em extinção)	Habilitação na categoria "D", observada a legislação de trânsito
		vigente, zelando pela limpeza, conservação e segurança dos veículos, efetuando pequenos reparos de emergência no veículo sob sua responsabilidade, e elaborando relatórios sobre quilometragem realizada, consumo de combustível e outras ocorrências.
		Executar outras atividades correlatas.

ANEXO VI

(Anexo IX da Lei Complementar n. 255, de 12 de janeiro de 2004)

Tabela de Índices das Funções de Confiança do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas

DENOMINAÇÃO	ÍNDICE (Fator multiplicado pelo Piso de Vencimento do Tribunal de Contas)
TC-FC-1	1,00
TC-FC-2	2,00
TC-FC-3	3,00
TC-FC-4	4,00

ANEXO VII

(Anexo X da Lei Complementar n. 255, de 12 de janeiro de 2004)

Tabela de Índices da Gratificação de Desempenho e Produtividade dos Servidores do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas

CARGOS EFETIVOS	ÍNDICE - (Fator multiplicado pelo Piso de Vencimento do Tribunal de Contas)	
Atividades de Nível Básico	3,40	
Atividades de Nível Médio	4,00	
Atividades de Nível Superior	4,70	

TRIBUNAL DE CONTAS DE SANTA CATARINA

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA

CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO	ÍNDICE (Fator multiplicado pelo Piso de Vencimento do Tribunal de Contas)
Atividade de Direção e Assistência Intermediária – DAI-5	3,70
Atividade de Direção e Assessoramento Superior - DAS-1	3,90
Atividade de Direção e Assessoramento Superior - DAS-2	4,10
Atividade de Direção e Assessoramento Superior - DAS-3	4,30
Atividade de Direção e Assessoramento Superior - DAS-4	4,50
Atividade de Direção e Assessoramento Superior - DAS-5	4,70

ANEXO VIII Cargos Extintos do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas

CARGO	QUANTITATIVO
TC-ONB-Auxiliar Administrativo	
Operacional-I	06
TC-ONB-Auxiliar Administrativo	
Operacional-II	
TOTAL	06

Anexo Único Ministério Público junto ao Tribunal de Contas. Anexo II da Lei Complementar n. 297/2005

Quadro de Cargos de Provimento em Comissão		
Denominação dos Cargos	Nível	Qt.
Diretor Geral de Administração e Planejamento	DAS-01	01
Diretor Geral de Contas Públicas	DAS-01	01
Assessor Especial Procurador Geral	DAS-01	02
Assessor Especial Procurador Geral Adjunto	DAS-01	01
Chefe de Gabinete do Procurador Geral	DAS-01	01
Chefe de Gabinete do Procurador Geral Adjunto	DAS-01	01
Assessor Técnico	DAS-02	09
Assistente Procurador Geral	DAS-02	01
Assistente Procurador Geral Adjunto	DAS-02	01
Gerente Administrativo e Financeiro	DAS-02	01
Gerente de Controle de Processos DAS-02		01

TRIBUNAL DE CONTAS DE SANTA

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Gerente de Distribuição de Processos	DAS-02	01
Gerente de Informática	DAS-02	01
Gerente de Recursos Humanos	DAS-02	01
Assistente de Procurador	DAS-03	07
Assistente	DASI-03	02
Chefe do Serviço de Administração de Pessoal	DASI-03	01
Chefe do Serviço de Administração de Processos	DASI-03	01
Chefe do Serviço de Apoio Administrativo	DASI-03	01
Chefe do Serviço de Processamento de Dados DASI-03		01
Total		

Anexo III da Lei Complementar n. 297/2005

Remuneração dos Cargos Comissionados		
Nível dos Cargos Comissionados Índice		
DAS-01	18,20	
DAS-02	14,70	
DAS-03	12,30	
DASI-03	9,40	

Anexo IV da Lei Complementar n. 297/2005

Produtividade dos Cargos Efetivos		
Grupo dos Cargos Efetivos	Índice	
Cargos de Nível Superior	4,70	
Cargos de Nível Médio	4,00	
Cargos de Nível Fundamental e Básico	3,40	

Anexo V da Lei Complementar n. 297/2005

Gratificação das Funções de Confiança	
Nível das Funções de Confiança	Índice
FC-1	4,00
FC-2	2,00

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis, 27 de novembro de 2013.

	PRESIDENTE
Salomão Ribas Junior	



	RELATOR	
Julio Garcia		
Luiz Roberto Herbst		
Cesar Filomeno Fontes		
Wilson Rogério Wan-Dall		
Gerson dos Santos Sicca		
(art. 86, <i>caput</i> , da LC n. 202/2000)		
Cleber Muniz Gavi (art. 86, §2º, da LC n. 202/2000)		
(m = 2 , 3 = , 2 = 2 ···· = 2 = / 2 · 2 · 2)		
FUI PRESENTE Márcio de Sousa Rosa		
Procurador-Geral do Ministério Público junto ao TCE/SC		

Este texto não substitui o publicado no DOTC-e de 28.11.2013.